



ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO NOVO ENSINO MÉDIO: DESAFIOS E LIMITAÇÕES NOS LIVROS DIDÁTICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Milca Mabele da Silva¹
Victor Gabriel Lopes da Silva²
Rosely Tavares de Souza³

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante mencionar que este trabalho surgiu a partir das experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado I, disciplina obrigatória do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Pernambuco, realizado em duas Escolas de Referência em Ensino Médio em Pernambuco, nos municípios de Moreno e Pombos, a partir do diálogo com discentes e docentes acerca da insatisfação e incômodo com os novos materiais didáticos disponibilizados.

Dessa forma, a discussão realizada neste trabalho parte da preocupação com a presença efetiva de conteúdos, debates e o ensino sobre as relações étnico-raciais nos materiais didáticos distribuídos pela secretaria de Educação no estado de Pernambuco para as escolas de Ensino Médio. Tal abordagem é assegurada pela Lei nº 11.645/2008, que altera a antiga lei 10.639/2003, mais especificamente o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases, que torna obrigatória a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na História e em outras disciplinas do currículo escolar.

No entanto, os materiais didáticos analisados revelam lacunas significativas, demonstrando negligência e superficialidade ao não seguirem adequadamente as diretrizes estabelecidas pelos Pareceres CNE/CP nº 003/2004 e CNE/CEB nº 14/2015. Esses documentos orientam a abordagem das relações étnico-raciais no contexto social e cultural brasileiro. Diante desse cenário, torna-se urgente e necessária a promoção de reflexões críticas sobre a forma como tais temas estão sendo tratados, a fim de garantir

¹Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, milca.silva@ufpe.br

²Graduando do Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, victor.lopes@ufpe.br

³Doutora pelo Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, rosely.souza@ufpe.br



uma educação verdadeiramente inclusiva, plural e comprometida com a valorização da diversidade étnico-racial presente na cultura e sociedade brasileira.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo consistiu na análise quantitativa e qualitativa de todos os seis livros didáticos das disciplinas das Ciências Humanas incluídos nos kits distribuídos às Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) do estado de Pernambuco. O conjunto analisado pertence à Coleção Diálogo: “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” e é composto por seis livros, cada um com temáticas distintas, distribuídos pela Editora Moderna com uma abordagem fragmentada e desorganizada. Os conteúdos das disciplinas são apresentados de forma intercalada, sem uma estrutura clara de início, desenvolvimento ou conclusão, o que compromete a compreensão por parte dos estudantes, que também se mostram insatisfeitos.

A análise dos materiais didáticos foi orientada pelas diretrizes estabelecidas na legislação referente à Educação para as Relações Étnico-Raciais, especialmente a Lei nº 11.645/2008, bem como pelos Pareceres CNE/CP nº 003/2004 e CNE/CEB nº 14/2015, que norteiam a produção de materiais didáticos e a prática pedagógica voltada para o ensino de História e das Ciências Humanas. Esses documentos serviram como referência fundamental para avaliar a adequação dos materiais quanto à abordagem das temáticas étnico-raciais no contexto educacional do ensino médio do estado de Pernambuco.

REFERENCIAL TEÓRICO

As principais referências utilizadas foram as obras e pensamentos de bell hooks, Frantz Fanon, Maria Regina Celestino Almeida, Daniel Munduruku, Lilia Schwartz e Nego Bispo, autores que abordam amplamente as problemáticas raciais e auxiliam a refletir acerca deste tema, ao abordar a formação do Estado nacional do Brasil, enquanto um país colonizado, construído e sedimentado justamente nas relações de exploração e violência direcionadas aos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, por meio da escravidão, objetificação destes indivíduos, além do racismo institucional e estrutural, que é perpetuado até os dias atuais.



Além disso, como já citado anteriormente, foram utilizadas as próprias diretrizes do Conselho Nacional da Educação e a Lei 11.645/2008 que garantem e especificam como a Educação das Relações Étnico-Raciais deve ser implementada nas instituições de ensino básico, e também como os materiais devem se adequar a estas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos livros didáticos revelou uma série de fragilidades quanto à abordagem das relações étnico-raciais. Apesar da obrigatoriedade prevista pela Lei nº 11.645/2008, os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena aparecem de forma pontual, muitas vezes superficial, e sem articulação com o restante do conteúdo.

Em alguns casos, há apenas menções isoladas a eventos relacionados às populações afrodescendentes e indígenas, sem aprofundamento crítico ou contextualização adequada, além de que, em grande parte das menções os materiais didáticos tendem a não abordar a resistência que foi e continua a ser protagonizada pelos povos originários e afrodescendentes ao longo da formação nacional e períodos em que seus direitos e humanidade foram questionados.

Além disso, verificou-se a ausência de uma abordagem que valorize a diversidade étnico-racial como elemento estruturante da formação social e cultural brasileira, o que reflete uma visão limitada e pouco comprometida com os objetivos da legislação e das diretrizes do CNE. Ademais, há baixa representatividade positiva de personagens e contextos culturais afro-indígenas nas ilustrações e exemplos utilizados, contribuindo para a invisibilização dessas identidades no ambiente escolar.

Apesar disso, os materiais didáticos analisados trazem em suas discussões conceitos chave para o ensino da História e demais Ciências Humanas, tais como eurocentrismo, democracia racial, exploração e dominação cultural, racismo estrutural, dentre outros; poderiam contribuir grandemente para a compreensão dos estudantes acerca das relações étnico-raciais se sua abordagem não fosse caracterizada tão fortemente pelo debate pouco profundo. Além de citar autores cujas ideias não são eurocêntricas, como Achille Mbembe (2018), filósofo e historiador camaronês e Ailton Krenak (2019), líder indígena da etnia Krenak e filósofo, dentre outros.

Dentre os seis exemplares, quatro destes abordaram de forma extremamente superficial tópicos relacionados aos povos indígenas e afro-brasileiro, apesar disso, dois



destes livros se destacaram por abordar diversos tópicos relacionados ao tema em questão, especialmente dos povos originários, sendo estes “Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: América: Povos, Territórios e Dominação Colonial”, e “Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Dilema das Repúblicas Latino-Americanas.

Diante de um olhar pedagógico, a superficialidade e as lacunas apresentadas na abordagem das relações étnico-raciais nos livros didáticos, são negativas e prejudicam o processo para a formação de um senso crítico e olhar sensível dos estudantes e cidadãos acerca das condições presentes na sociedade.

Ademais, a ausência de representações positivas dos personagens históricos não brancos afeta de forma direta a construção da identidade e autoestima de estudantes pertencentes a estas minorias, consequentemente, ocasionando em uma dificuldade de formar um espaço pedagógico que seja verdadeiramente inclusivo e que se comprometa com o respeito e a equidade.

Portanto, os materiais didáticos reiteram uma narrativa que é excludente e hierarquizada da história brasileira e latino-americana. Assim, levando a um comprometimento da construção de uma consciência e memória histórica democrática e plural, perpetuando estereótipos e estigmas já a muito tempo presentes no cotidiano e na estrutura da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, evidencia-se que os materiais didáticos distribuídos pela rede estadual de educação nas EREMs de Pernambuco ainda não atendem plenamente às exigências legais e pedagógicas no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais. As lacunas, negligência e o tratamento superficial dos conteúdos comprometem a formação crítica e cidadã dos estudantes, além de contribuírem para perpetuar comportamentos inadequados em direção aos povos originários e afro-brasileiros, além de silenciamentos históricos.

Assim, torna-se urgente para a educação brasileira repensar a produção, seleção e utilização desses materiais, garantindo que estejam alinhados à uma proposta pedagógica inclusiva, plural e antirracista, assim como garante a legislação brasileira. Logo, cabe também às instituições formadoras e aos profissionais da educação o compromisso de promover práticas que valorizem e respeitem a diversidade





étnico-racial no espaço escolar, para que assim formem-se cidadãos críticos e conscientes acerca da realidade brasileira.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais, Materiais didáticos, Ensino de História, Novo Ensino Médio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às queridas pessoas que estão presentes em minha vida, que sempre me apoiam, me auxiliam, que me possibilitam chegar a lugares que jamais imaginei e me fazem acreditar no poder transformador da educação, em especial Victor, meu querido amigo e também co-autor deste trabalho. Gostaria também de agradecer aos docentes que fazem parte da minha formação, em especial a Prof^a. Dr^a. Rosely Tavares, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos - ETNOS, do qual faço parte, e em quem me inspiro e admiro profundamente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 3/2004. Diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. Brasília, DF: CNE, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 14/2015. Diretrizes Operacionais para a implementação da Lei nº 11.645/2008. Brasília, DF: CNE, 2015.
- FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: A Educação Como Prática de Liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. Palestra proferida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2019. E-book.
- MBEMBE, Achilles. Crítica da razão negra. São Paulo: N-1 Edições, 2018.



- MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990) São Paulo: Paulinas, 2012.
- ROMEIRO, Julieta. Et al. Diálogo: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. 6 volumes. 1. Edição. São Paulo: Moderna, 2020.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

